

Câmara aprova criação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais

Os vereadores de Carmópolis de Minas aprovam, por unanimidade, na sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 06 de outubro de 2025, projeto de lei do Poder Executivo que cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (CMPDA) e institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa dos Animais. O CMPDA é um órgão consultivo e fiscalizador, composto paritariamente pelo poder público municipal e a sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente, cuja finalidade é orientar o desenvolvimento e a execução de ações voltadas à proteção, defesa dos direitos e ao bem-estar dos animais.

Página 3



Plenário do Legislativo reconheceu a pertinência do projeto do Executivo.

Requerimentos
As ações coletivas ou individuais dos vereadores, desenvolvidas para melhorar o dia a dia no município.

Página 4

Eventos
constantes na Praça dos Passos e sucateamento do Parque de Exposições preocupam vereadora

Página 2

Tribuna Livre

Diretora descarta possível municipalização de escola



Catherine questionou proposta de realização de audiência pública no distrito de Bom Jardim das Pedras, para tratar de possível municipalização da Escola Estadual Lígia Beatriz Amaral.

Página 8

Motorista de aplicativo pede votação de projeto que aumenta idade limite dos veículos

Assunto impacta diretamente a vida, o trabalho e a segurança de todos na cidade.

Página 8

Projeto do Executivo que municipaliza o trânsito recebe elogios no plenário

Iniciativa trará melhorias, entre elas a implantação do sistema de estacionamento rotativo, sinalizações, fiscalização, segurança dos pedestres, lavratura de multas e tudo que diz respeito à movimentação de veículos automotores.

Página 6

Com muitos buracos, ruas de Carmópolis serão problemas nas chuvas

Página 5

Diretor do SESAM explica aumento orçamentário para 2026



Pedro Lucas: necessidade de investimentos para garantir água tratada a todos.

Página 7

Criadas regras para organização e gestão de cabos e fiações aéreas

O Poder Executivo acionará o responsável pela fiação aérea que estiver rompida, ou sem uso, colocando em risco a segurança ou interferindo na circulação de pedestres ou veículos, para providenciar sua remoção, sob pena de multa.

Página 3

Queda no orçamento municipal de 2026 chama a atenção do presidente da Câmara

Redução das receitas deverá ser motivo de estudos dos vereadores, visando entender situações como a do SESAM, que mesmo com o decréscimo orçamentário, terá aumento de 33,43% nas receitas, sem deixar clara a fonte do acréscimo.

Página 5

Dia do Fisioterapeuta é destacado na Câmara

Com suas mãos, técnicas e sensibilidade, eles devolvem movimentos, aliviam dores e renovam esperanças.

Página 6

Vereador
requer retirada de lixo dos cemitérios
Foram pedidas informações ao Executivo sobre empresa responsável pelo serviço.

Página 7

NOVEMBRO

AZUL

NOVEMBRO AZUL: MÊS MUNDIAL DE COMBATE AO CÂNCER DE PRÓSTATA

APOIO: CÂMARA MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS DE MINAS



NOVEMBRO

AZUL

NOVEMBRO AZUL: MÊS MUNDIAL DE COMBATE AO CÂNCER DE PRÓSTATA

APOIO: CÂMARA MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS DE MINAS



Eventos constantes na Praça dos Passos e sucateamento do Parque de Exposições preocupam vereadora

O excesso de eventos realizados na Praça dos Passos e a falta de um espaço adequado para festas populares em Carmópolis de Minas têm preocupado a vereadora Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO), que se manifestou sobre o tema durante a sessão ordinária da Câmara Municipal realizada em 20 de outubro de 2025.

Tirzah destacou que a Praça dos Passos não dispõe de área nem de estrutura suficientes para receber grandes eventos, além de estar localizada no centro da cidade, onde residem milhares de pessoas, muitas delas prejudicadas pelo barulho. Nos dias de festa, é necessário paralisar o trânsito de veículos, sendo o local ainda próximo de uma escola e de um hospital. Além disso, o tráfego intenso de pessoas acaba danificando os canteiros e a grama, comprometendo a conservação do jardim.

O problema, segundo a vereadora, se agrava diante do atual estado de deterioração do Parque de Exposições, que se encontra totalmente sucateado, sem que existam projetos

governamentais de reforma ou ampliação da estrutura. Tirzah solicitou atenção do Poder Executivo para que adote providências em relação ao espaço. Para isso, sugeriu que a Prefeitura suspenda temporariamente os investimentos em festas, destinando os recursos financeiros para a restauração do Parque, também buscando apoio de deputados e senadores para obtenção de verbas parlamentares.

Tirzah ressaltou, entretanto, que o Parque de Exposições não deve ser visto como espaço definitivo para eventos, devido também à sua localização em um bairro densamente povoado. Ela sugeriu que, futuramente, o poder público desenvolva um projeto para a construção de um novo espaço de eventos, em área fora da região urbana, de forma a proteger os moradores da cidade da poluição sonora excessiva.

“Penso que a administração poderia planejar, para o futuro, a disponibilização de uma área específica para eventos. Temos na cidade muitos problemas provocados por poluição

sonora”, argumentou a parlamentar.

Nesse contexto, a vereadora reconheceu e elogiou o trabalho do atual secretário de Cultura, Esportes, Artes, Lazer e Turismo, Brayner Diniz Vieira, destacando sua sensibilidade em relação ao tema, citando, como exemplo, o período do Carnaval, quando o secretário impôs limites de horário, mesmo recebendo críticas, demonstrando preocupação com pessoas debilitadas, idosos, crianças e com a área hospitalar. Tirzah enfatizou que “o que é alegria para uns pode ser incômodo para outros.”

Ainda sobre a Praça dos Passos, a vereadora observou que o local vem sendo ocupado por pessoas em situação de vulnerabilidade, o que tem gerado queixas de comerciantes e frequentadores. Ela solicitou que o Poder Executivo, por meio da Assistência Social, busque alternativas para acolher e capacitar essas pessoas, promovendo inclusão e reintegração, além de tornar a praça mais segura e adequada para o uso de toda a comunidade.



Tirzah pediu que a Prefeitura projete um novo espaço para festas.

Instituto Legendários é aplaudido por realizar a Festa das Crianças



Para Rafael Reis, foi um dia inesquecível para as crianças e suas famílias.

O Instituto Legendários recebeu aplausos e elogios do vereador Rafael Batista dos Reis, líder da bancada do MDB na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, pela realização da Festa das Crianças no distrito de Bom Jardim das Pedras.

Durante a sessão ordinária do Legislativo realizada em 13 de outubro de 2025, Rafael Reis destacou sua presença no evento, promovido no dia anterior, descrevendo-o como um momento marcante, repleto de alegria, união e carinho em cada detalhe — um dia inesquecível para as crianças e suas famílias.

“Parabenizo o Instituto, bem

como todos os colaboradores e voluntários pelo trabalho e dedicação. Ações como esta fortalecem nossa comunidade e espalham amor e esperança”, argumentou o parlamentar.

O Instituto Legendários é uma iniciativa social voltada para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, que promove o desenvolvimento humano, social e esportivo por meio de atividades educativas, culturais e esportivas. Seu propósito é formar cidadãos conscientes, solidários e preparados para transformar a realidade em que vivem, cultivando valores como respeito, disciplina, trabalho em equipe e convivência saudável.

Prefeitos vítimas de golpes apontam falhas da CEF

No momento em que muitos brasileiros procuram se defender de golpistas que tentam obter senhas bancárias se fazendo passar por funcionários das instituições financeiras, criminosos parecem ter descoberto uma nova mina de ouro: aplicar golpes semelhantes em prefeituras. Apenas Monte Sião (Sul de Minas) sofreu um golpe de quase R\$ 6 milhões, roubados por meio de 54 transferências bancárias no dia 29 de setembro de 2025. Para discutir possíveis soluções, a Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) recebeu, no dia 30 de outubro de 2025, representantes dos municípios vitimados e da Caixa Econômica Federal (CEF), onde todas as prefeituras lesadas mantinham contas correntes.

“Pelo que a gente tem apurado, nos municípios aqui do Estado já temos mais de R\$ 10 milhões desviados”, afirmou o autor do requerimento para a realização da audiência pública, o deputado Rodrigo Lopes (União). Além do prefeito de Monte Sião, Maurício Zucato Júnior, também participaram do debate prefeitos ou representantes dos municípios de Luz, Iguatama e Carmópolis de Minas, na Região Centro-Oeste, e de Silvianópolis e Ribeirão Vermelho, no Sul de Minas. O fato de os golpes envolverem contas

correntes abertas na Caixa foi um dos pontos destacados pelos representantes dos municípios. Eles apontaram falhas no sistema de prevenção e detecção de fraudes do banco. Todos os representantes das prefeituras também se queixaram da resistência da Caixa em assumir qualquer responsabilidade, com comunicações que atribuem a culpa à falta de cuidado das administrações municipais com as senhas bancárias.

O superintendente de Rede da Superintendência Regional Sul de Minas da Caixa Econômica, José Antônio da Silva, afirmou que todos os casos estão sendo investigados pela Polícia Federal. Ele afirmou que o sistema do banco não foi violado em nenhum dos golpes. “Todos nós somos responsáveis pela nossa segurança. E a segurança de nossas senhas, que devem ser intransferíveis e pessoais”, afirmou Silva. O superintendente argumentou que os gestores da Caixa não podem decidir por si mesmos se vão ressarcir ou não os municípios. “A Caixa responde a órgãos controladores. Seus diretores respondem civil e criminalmente se pagarem alguma coisa indevida”, declarou. Segundo ele, só após a conclusão das investigações da Polícia Federal poderá ocorrer qualquer definição com relação ao ressarcimento.

(Com informações da ALMG)

Jornal da Câmara

Órgão oficial da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas (MG)

Instituído pela resolução 05, de 22 de dezembro de 2010

Editor – João Bosco Ribeiro – reg. MG 3655 JP

Mesa Diretora da Câmara - 2025

Presidente: Fernando Luís Rabelo Lebron (REDE)

Vice-presidente: Claudinei Vicente da Silveira (REDE)

Secretário: Gustavo Henrique Oliveira (PSD)

Tesoureiro - Sérgio Damião Moraes (PL)

Endereço: Rua Dorvelino Rabelo Costa, n.º 38 – Centro

Carmópolis de Minas – MG - CEP 35.534-000

Tel.: (37) 3333-2299

www.camaracarmopolis.mg.gov.br / camara@camaracarmopolis.mg.gov.br

Editoração e Impressão

Gazeta de Minas Gráfica e Editora Ltda. – Oliveira MG

Tel.: 37 3331-4486 www.gazetademinas.com.br

Carmopolitano,
colabore com a
limpeza urbana.
Não jogue lixo
nas ruas.



Uma campanha da
**CÂMARA MUNICIPAL DE
CARMÓPOLIS DE MINAS**

Câmara aprova criação do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais

Os vereadores de Carmópolis de Minas aprovam, por unanimidade, na sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 06 de outubro de 2025, projeto de lei do Poder Executivo que cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (CMPDA) e institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa dos Animais. O CMPDA é um órgão consultivo e fiscalizador, composto paritariamente pelo poder público municipal e a sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente, cuja finalidade é orientar o desenvolvimento e a execução de ações voltadas à proteção, defesa dos direitos e ao bem-estar dos animais.

Entre outras ações, compete ao CMPDA acompanhar, discutir, sugerir, propor e fiscalizar as ações do poder público voltadas à proteção, defesa e bem-estar dos animais; estabelecer diretrizes e propor estratégias para a implantação, o desenvolvimento e a gestão de programas de proteção animal, especialmente voltados ao controle populacional de cães e gatos, ao controle epidemiológico de zoonoses, além de outros riscos à saúde pública e animal e à preservação do meio ambiente; acompanhar e avaliar o desenvolvimento das ações do programa de controle populacional de cães e gatos; incentivar e motivar a prática de posturas de posse, propriedade ou guarda responsável de animais; prestar colaboração técnica, sugerindo o aperfeiçoamento de programas e ações, as-

sim como da legislação, afetos à proteção, defesa e bem-estar dos animais; estabelecer diretrizes e prioridades para a alocação de recursos do Fundo Municipal de Proteção e Defesa Animal e acompanhar e fiscalizar a sua aplicação; estimular a participação ativa da coletividade e a atuação das organizações da sociedade civil para que as ações de controle da população de cães e gatos sejam mais efetivas e eficientes.

O CMPDA será composto por oito membros, com representação do poder público municipal e da sociedade civil, sendo quatro representantes do poder público municipal e quatro representantes da sociedade civil. Para cada membro titular será indicado um suplente da mesma área de atuação que representa. Os membros do Conselho e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo prefeito, respeitadas as indicações previstas na lei. Os membros do Conselho terão um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por um mandato de igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

Constituirão receitas do Fundo Municipal de Proteção e Defesa dos Animais: recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à Política Nacional de Proteção e Defesa dos Animais; transferências do município; as resultantes de doações do setor privado, pessoas físicas ou jurídicas; rendimentos eventuais, inclusive de aplicações

financeiras dos recursos disponíveis; as advindas de acordos e convênios e outras.

O Conselho elaborará o seu regimento interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado no Diário Oficial do Município. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Justificando a iniciativa, o prefeito Célio Roberto Azevedo (UNIÃO) argumentou que a proposição fundamenta-se na estreita relação entre homens e animais e na indissociável correlação entre bem-estar animal e saúde pública, para o que se faz necessário viabilizar instrumentos e meios efetivos de implementação de projetos, programas e ações destinadas ao controle animal, promoção do bem-estar e adoção de medidas de prevenção de zoonoses e demais agravos, visando aperfeiçoar serviço essencial ao bem-estar comum, do meio ambiente e da sociedade carmopolitana.

“Pretende-se definir uma política pública em defesa dos direitos animais e, com isso, proteger também a saúde dos munícipes, haja vista que há uma carência e uma lacuna de ordem legal na esfera da municipalidade, tornando-se imprescindível tal iniciativa”, apontou o chefe do Executivo.

(Esta matéria não reproduz o texto integral do projeto de lei.)

Requerida campanha educativa para melhorar atendimento na saúde



Alex ressaltou que procura inadequada gera transtornos aos usuários.

Por meio do requerimento 351/2025, o vereador Alex Enfermeiro, líder da bancada do NOVO, solicitou à Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com a Provedoria da Santa Casa, que seja realizado um trabalho informativo junto à população, esclarecendo quais tipos de atendimento são prestados em cada unidade de saúde do município (Santa Casa, UBS, Policlínica e Núcleo de Saúde, etc). O objetivo é orientar os cidadãos sobre o local adequado a procurar em cada situação, especialmente nos casos de urgência e emergência, evitando equívocos que possam gerar transtornos, atrasos e agravamento do estado de saúde dos usuários.

O requerimento ressaltava que muitos munícipes desconhecem os serviços oferecidos e a forma correta de acesso a eles, o que reforça a necessidade de maior divulgação e informação.

Abordando o tema, na sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 6 de outubro de 2025, Alex revelou ser esse um problema que muito o preocupa. Desde que assumiu o cargo de vereador, vem verificando essas situações, quando muitos usuários não procuram adequadamente o serviço, gerando sobrecarga no atendimento. Explicou que muitas vezes um serviço que é oferecido nos postos do Programa de Saúde da Família (PSF) é procurado, erroneamente, na Santa Casa de Misericórdia, deixando o atendimento mais lento e causando questionamentos em redes sociais, na própria Santa Casa e na Policlínica.

Para o vereador, os órgãos de saúde precisam desenvolver uma campanha educativa junto à população, mostrando a todos onde o atendimento deve ser feito, dependendo do tipo de problema apresentado pelo paciente. Dessa forma os usuários serão atendidos com qualidade e agilidade, solucionando os incômodos de forma mais ágil e adequada.

Criadas regras para organização e gestão de cabos e fiações aéreas

O plenário da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas aprovou, em dois turnos e por unanimidade, nas sessões ordinárias dos dias 6 e 13 de outubro de 2025, projeto de lei complementar de autoria da vereadora Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO), que altera a Lei Complementar nº 40, de 20 de setembro de 2010 - Código de Posturas - para dispor sobre regras e responsabilização das empresas prestadoras de serviços de internet e telecomunicações, pela organização e gestão dos cabos e fiações aéreas no município.

A Lei Complementar nº 40 fica acrescida do seguinte Art. 14-A e §§ 1º, 2º e 3º: **Art. 14-A-** Os parâmetros e normas estabelecidos pela TELEBRÁS, ANATEL, ELETROBRÁS e ANEEL, para a instalação de equipamentos e fiações aéreas de telecomunicações, internet, energia e similares constituem regras de posturas a serem observadas no Município. **§ 1º- O Poder Executivo acionará o responsável pela fiação aérea que estiver rompida, ou sem uso, colocando em risco a segurança ou interferindo na circulação de pedestres ou veículos, para providenciar sua remoção,** sob pena de multa. **§ 2º-** A multa será fixada entre 1.000 e 10.000 UFM's (Unidades

Fiscais do Município), a depender do risco aos transeuntes ou reincidência da empresa. **§ 3º-** O Poder Executivo criará canal de comunicação específico para recebimento de denúncias da população sobre fiação partida em logradouro público no município de Carmópolis de Minas.

Justificando sua iniciativa, Tirzah argumentou que a crescente expansão dos serviços de internet e telecomunicações tem gerado um problema visível em Carmópolis de Minas: o acúmulo desordenado de fios e cabos nos postes, muitos deles soltos, caídos ou em desuso. Essa situação representa riscos à segurança da população, prejudica a estética urbana e pode gerar acidentes, como choques elétricos, quedas de pedestres e obstrução de vias.

De acordo com a proponente, as alterações no Código de Posturas visam estabelecer a responsabilidade das empresas prestadoras desses serviços, para que organizem e removam os cabos inutilizados, garantindo que a cidade fique mais segura e visualmente harmoniosa. Além disso, busca-se criar um mecanismo de fiscalização e penalização, para assegurar que essas obrigações sejam cumpridas de forma eficaz.

**CARMOPOLITANO
EXERÇA SUA CIDADANIA**

**Participe das sessões do
Legislativo e saiba o que
os vereadores fazem por
Carmópolis de Minas**

Toda Segunda-feira, às 18h30

— REQUERIMENTOS —

Requerimentos coletivos

Claudinei Vicente da Silveira (REDE), Gustavo Henrique Oliveira (PSD), Benedito Luiz da Silva (PSD) e Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD)

Material armazenado na Garagem Municipal

- Que sejam providenciadas as medidas necessárias para a separação e organização do material atualmente armazenado na Garagem Municipal, com o objetivo de identificar e reaproveitar tudo aquilo que ainda possa ser utilizado, evitando desperdícios e promovendo a economicidade e sustentabilidade na administração pública.

Gustavo Henrique Oliveira (PSD) e Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD)

Passagem sobre o Córrego Lava Pés

- Realização de um estudo técnico visando à instalação de corrimão em ambos os lados da passagem sobre o Córrego Lava Pés, no trecho que compreende a Rua Camilo de Souza (antiga Rua Formosa) até a Avenida Firmino José de Freitas, (antiga Ipê Amarelo), no Bairro Aparecida, atendendo pedidos de usuários e moradores da região, que apontam a necessidade de medidas que garantam maior segurança e acessibilidade nesse trecho.

Instalação de rede de baixa tensão - Que seja avaliada a possibilidade de instalação de rede de baixa tensão, a fim de viabilizar a colocação de iluminação pública no trecho compreendido entre a Avenida Eurico Vespasiano, no Bairro Morro do Tanque (início no cruzamento com a Avenida Dionésio José Costa), até a entrada do Bairro Graminha. Que seja analisada a possibilidade de instalação de braços com luminárias na Rua Rodolfo Ferreira da Silva, também no Bairro Morro do Tanque, o que possibilitaria a iluminação da Avenida Dionésio José Costa e de suas imediações. Tal medida beneficiará não apenas a referida avenida, mas também os frequentadores do Supermercado BH, situado na Rua Dute Francisco, trazendo mais comodidade e segurança para a população.

Escola Professora Márcia Regina Santos

- Substituição das luminárias da área externa nas dependências da Escola Professora Márcia Regina Santos por iluminação em LED, abrangendo aproximadamente sete postes, para promover maior eficiência energética, reduzir custos de manutenção e proporcionar melhor claridade e segurança no entorno da escola.

Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE), Claudinei Vicente da Silveira (REDE), Gustavo Henrique Oliveira (PSD), Sérgio Damião Moraes (PL), Benedito Luiz da Silva (PSD), Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD) e Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO)

Parque de Exposições José Paolinelli

- Que o prefeito municipal informe se há previsão orçamentária para o próximo exercício destinada ao Parque de Exposições José Paolinelli e se há projetos planejados ou em execução para obras de melhoria e revitalização desse espaço, que se encontra em estado de conservação precário, necessitando de intervenções urgentes. Trata-se do único local a para a realização da tradicional Festa de Rodeio de Carmópolis de Minas, evento de grande importância cultural e econômica para o município, que poderá também ser utilizado para outras festividades. A manutenção e melhoria

desse espaço garantem a preservação das tradições, a segurança e o conforto dos frequentadores.

Requerimentos individuais

Benedito Luiz da Silva (PSD)

Praça José Luís de Assis Tacco Dedé

- Adoção de providências quanto à iluminação pública em frente à loja Ortobom, situada na Praça José Luís de Assis Tacco Dedé, localizada entre a Rua Luiz Alves e a Rua Maria de Lourdes Costa. No referido local, há um poste sem lâmpada, o que deixa a área bastante escura durante a noite, gerando insegurança para comerciantes, funcionários e transeuntes.

Palmério Alex Castro Ferreira (NOVO)

Atendimentos nas unidades de saúde

- Que a Secretaria Municipal de Saúde, em conjunto com a Provedoria da Santa Casa, realize um trabalho informativo junto à população, esclarecendo quais tipos de atendimento são prestados em cada unidade de saúde do município (Santa Casa, UBS, Policlínica e Núcleo de Saúde, etc). O objetivo é orientar os cidadãos sobre o local adequado a procurar em cada situação, especialmente nos casos de urgência e emergência, evitando equívocos que possam gerar transtornos, atrasos e agravamento do estado de saúde dos usuários.

Praça José de Souza Moraes

- Que seja realizado estudo técnico visando à instalação de uma rotatória, com faixa de pedestre e sinalizações pertinentes em frente à Praça José de Souza Moraes, no final da Rua Valter de Castro. O referido trecho apresenta declive acentuado, ausência de sinalização adequada e saída confusa tanto para motoristas, quanto para travessia de pedestres, o que aumenta significativamente o risco de acidentes.

Gustavo Henrique Oliveira (PSD)

Rua Professor Maravilha

- Que seja solicitada à empresa responsável a retirada de um orelhão localizado na Rua Professor Maravilha, Bairro Lava Pés, nas proximidades do número 67, que se encontra desativado, causando transtornos aos moradores e transeuntes.

Retirada de lixo nos cemitérios municipais

- Limpeza nos cemitérios municipais, conforme já solicitado por meio do Requerimento nº 181/2025, de 25 de abril de 2025, que tratou da retirada de lixo nos cemitérios municipais, e, em resposta, a administração informou que havia adotado as providências cabíveis para a remoção dos resíduos sólidos acumulados. Informações sobre as datas das coletas realizadas nos cemitérios municipais e cópia do contrato firmado com a empresa responsável pela execução dos serviços.

Comunidade do Bicudinho

- Que o Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM) estude a viabilidade de levar água tratada à comunidade do Bicudinho, de modo a atender antiga demanda dos moradores e garantir melhores condições de saúde e qualidade de vida aos moradores.

Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO)

Rua Camilo de Souza

- Que o prefeito municipal determine a construção de passeios na Rua Camilo de Souza (antiga Rua Formosa), no trecho indicado no croqui anexado ao requerimento. Que o setor de obras avalie a possibilidade de implantar,

ainda que de forma provisória, um passeio para pedestres, a fim de evitar que os transeuntes precisem circular pela via destinada aos veículos. Além de muito íngreme, o trecho é escorrido pelas laterais, tornando-se escorregadio e perigoso, o que aumenta significativamente o risco de acidentes. Que seja realizada verificação em toda a extensão da Rua Camilo de Souza e, nos trechos em que ainda não houver liberação ou estrutura adequada para passagem de pedestres, seja providenciada a construção do passeio correspondente.

Requerimentos deferidos pela Comissão de Trânsito

- Que seja oficiada a Comissão Municipal de Trânsito, solicitando que seja encaminhada à Câmara Municipal uma relação completa de todos os requerimentos já deferidos pela referida comissão até a data da última reunião, e que ainda aguardam execução por parte da secretaria competente.

Parque de Exposições José Paolinelli

- Que seja encaminhada à Câmara, cópia integral de toda a documentação comprobatória de posse e propriedade dos imóveis que compõem o Parque de Exposições José Paolinelli, incluindo, entre outros, termos de doação, escrituras, registros imobiliários, contratos de permuta ou troca/doação, e quaisquer documentos correlatos. O Parque de Exposições é um patrimônio de relevância pública e social para o município, utilizado em eventos culturais, agropecuários e comunitários. Diante disso, é fundamental que a Casa Legislativa disponha de informações claras e atualizadas sobre a titularidade da área, garantindo transparência, fiscalização e adequada gestão do bem público.

Cadastramento de taxistas no sistema MOVE

de BH - Que sejam adotadas providências junto à Prefeitura de Belo Horizonte, visando o cadastramento dos taxistas de Carmópolis de Minas para utilização das faixas exclusivas do sistema MOVE (Corredor BRT) na capital mineira. Conforme informações da Prefeitura de Belo Horizonte, o uso das faixas do MOVE é permitido apenas aos taxistas licenciados na própria capital, sendo a utilização por profissionais de outros municípios dependente de acordos específicos entre os órgãos de trânsito e prefeituras envolvidas. Relação nominal dos 48 proprietários de concessões de táxi do município, com suas respectivas informações atualizadas, contendo o nome do proprietário da concessão; placa do veículo; modelo do veículo e demais dados pertinentes.

Marcelo de Freitas dos Reis (UNIÃO)

Rua Otaviano Costa

- Que o senhor prefeito tome providências no sentido de realizar a extensão da rede de energia elétrica na Rua Otaviano Costa, nas proximidades do nº 188, Bairro Cachoeirinha, trecho que se encontra sem iluminação pública adequada. Requer-se a realização de vistoria técnica e posterior implantação da rede elétrica e iluminação pública no trecho mencionado.

Gilberto Arnaldo de Freitas (PSD)

Praça do Rosário José de Lima - Chico Rosa

- Que seja efetuada a reforma do pergolado da Praça do Rosário José de Lima - Chico Rosa, localizada no Distrito do Bom Jardim, tendo em vista que a estrutura de madeira está danificada, apresentando riscos à segurança dos frequentadores, além de comprometer a estética e funcionalidade da praça.



Queda no orçamento municipal de 2026 chama a atenção do presidente da Câmara



Fernando destacou que valores precisam ser analisados pelos vereadores.

Ao dar início à tramitação do Projeto de Lei (PL) 59/2025, de autoria do Poder Executivo, que estabelece o orçamento municipal de Carmópolis de Minas para 2026, e o Projeto de Lei 60/2025, relativo às subvenções e contribuições a entidades também para 2026, o presidente da Câmara Municipal, vereador Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE) manifestou sua preocupação com a redução das receitas para o próximo ano, face ao aumento previsto para o Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM) e beneficiários de contribuições.

Reforçando o argumento, já manifestado por ele em outras oportunidades, de que o PL do Orçamento é a matéria mais importante votada anualmente no Legislativo, em vista de se tratar dos recursos a serem disponibilizados para custeio das diversas áreas da administração, Fernando destacou a redução das receitas, comparativamente ao orçamento de 2025, o que, para ele, deverá ser motivo de estudos dos vereadores, visando entender situações como a do SESAM, que mesmo com o decréscimo orçamentário, terá aumento de 33,43% nas receitas, sem deixar clara a fonte do acréscimo.

“Será que a autarquia projeta este mesmo aumento no número de residências que passará a pagar contas de água?”, questionou o presidente, adiantando que certamente o diretor do SESAM seria convidado a comparecer à Câmara para explicar a majoração.

Fernando lembrou que o orçamento anual de Carmópolis vem aumentando ano a ano, mas em 2026 ocorrerá o contrário, fenômeno que precisa ser estudado pelos vereadores e que também requer as explicações do Poder Executivo.

Sobre o PL 60, que estabelece as subvenções e contribuições municipais para 2026, observou que também houve reajustes de valores, sendo isto uma contradição, pois terá consequências diretas sobre o que será possível fazer no município no próximo ano. “Temos até o mês de dezembro para discutir o projeto e vamos pedir esclarecimentos sobre ele”, concluiu o parlamentar.

O Orçamento de Carmópolis de Minas para 2025 foi estabelecido em R\$ 118.883.444,00. Já para 2026 estão previstos R\$ 118.000.000,00, mostrando uma redução de R\$ 883.444,00. A lei de subvenções em vigor dis-

tribuiu o montante de R\$ 1.664.000,00, com mais R\$ 712.000,00 em forma de contribuições, perfazendo o total de R\$ 2.376.000,00. Para 2026 estão previstas subvenções de R\$ 2.057.000,00 e contribuições de R\$ 750.000,00, no total de R\$ 2.807.000,00, aumento de R\$ 750.000,00. Em 2025 foi destinado ao SESAM R\$ 9.092.664,00. Em 2026 a autarquia terá R\$ 12.132.276,00, acréscimo de R\$ 3.039.612,00.

Na sessão do dia 13 de outubro, Fernando retomou o tema, afirmando que o SESAM possui apenas duas fontes de arrecadação: as contas de água e os financiamentos. “Como o SESAM irá arrecadar mais de três milhões? Acredito que com financiamento ou reajustes nas contas de água, em cima da população”, previu o presidente. Em ambos os casos, quem vai pagar a conta são os munícipes. Ou seja: de qualquer forma, os 33,43% vão sobrecarregar os consumidores, por ser um salto muito grande em apenas um ano. Para ele, a cidade sofre com escassez de água e realmente precisa de investimentos no setor, mas 33,43% é muito pesado para o ano de 2026.

Vereador cobra pavimentação de rua, ampliação de posto de saúde e prestação de contas



Claudinei abordou três questões de alto interesse social.

Recursos financeiros para a pavimentação da Rua Gregório Pimenta, no povoado Japão Grande; ampliação do posto de saúde do mesmo povoado e cobrança sobre prestação de contas das secretarias municipais de Saúde e Educação, foram assuntos abordados pelo vereador Claudinei Vicente da Silveira, líder da bancada do REDE, na sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 29 de outubro de 2025.

Sobre a Rua Gregório Pimenta, o vereador disse ter sido procurado, naquele dia, por moradores da via, pois ele havia publicado ofício do deputado estadual Cássio Soares (PSD), pelo qual o vereador havia conseguido o montante de R\$ 150 mil para pavimentação da via. Sobre o assunto, Claudinei afirmou que encaminharia requerimento ao Poder Executivo, solicitando informações sobre se já foi elaborado algum projeto para esse fim e o que falta fazer para realizar a pavimentação.

A respeito do posto de saúde, Claudinei informou já ter encami-

nhado requerimento ao Poder Executivo, pedindo esclarecimentos sobre a planilha de ampliação da unidade, fruto de emenda impositiva de sua autoria, no valor de R\$ 78.344,92. Seria a construção de uma área, na frente do posto, para abrigar pessoas à espera do atendimento, em vista do limitado espaço da recepção. Claudinei argumentou que o recurso destinado à ampliação será muito útil aos usuários.

Sobre as áreas de Saúde e Educação, Claudinei anunciou que, conforme conversa com outros vereadores, estarão encaminhando ao Poder Executivo, pedido para o comparecimento dos responsáveis a uma sessão do Legislativo, para a devida prestação quadrimestral de contas, de acordo com a legislação municipal e como ocorria regularmente na administração anterior. “Vejo que até o momento não ocorreu nenhuma prestação de contas da Educação e somente uma da Saúde. Vamos convocar os responsáveis para que sejam realizadas as Prestações de Contas, informou o vereador.

Assista às reuniões da Câmara de Carmópolis de Minas sem sair de casa

As sessões ordinárias do Legislativo são transmitidas ao vivo.



Todas as segundas-feiras, às 18h30, no site, Facebook e YouTube da Câmara.

Ajude a manter nossa cidade sempre limpa

**Não
descarte
lixo
irregularmente**



**CÂMARA MUNICIPAL DE
CARMÓPOLIS DE MINAS**

Projeto do Executivo que municipaliza o trânsito recebe elogios no plenário



João Vitor disse que a iniciativa trará muitas melhorias à população.

Ao comentar sobre o Projeto de Lei nº 61, que dispõe sobre a municipalização do trânsito no município de Carmópolis de Minas, encaminhado à Câmara pelo Poder Executivo Municipal, o vereador João Vitor Leite Rabelo (NOVO) destacou, na sessão ordinária do dia 20 de outubro de 2025, a pertinência da iniciativa, em vista da urgência de reordenamento do trânsito na cidade.

João Vitor destacou a necessidade, sentida há bastante tempo, de melhorias no setor, hoje um dos principais problemas do município. Para ele, a municipalização do trânsito trará muitas melhorias à população, entre elas a implantação do sistema de estacionamento rotativo, sinalizações, fiscalização, segurança dos pedestres, lavratura de multas e tudo que diz respeito à movimentação de veículos automotores.

“A gente vê a área central precisando muito dessas melhorias”, grifou o parlamentar, apontando a ausência de espaços de estacionamento para pessoas que necessitam ir a bancos ou fazer compras no comércio, gerando perdas para os munícipes e para a economia municipal.

O projeto do Executivo cria, na estrutura administrativa, o Departamento Municipal de Trânsito, que terá como sigla “CARMOTRANS”, vinculado à Secretaria

Municipal de Infraestrutura Urbana e Rural. Após os trâmites legais, Carmópolis de Minas passará a integrar o Sistema Nacional de Trânsito (SNT), assumindo as competências para exercer diretamente as atividades de engenharia de tráfego, fiscalização, educação, controle e aplicação de penalidades de trânsito.

De acordo com o projeto, a integração ao SNT dar-se-á mediante formalização junto ao órgão federal competente, observadas as exigências previstas no Código de Trânsito Brasileiro, bem como nas resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). O CARMOTRANS deverá encaminhar requerimento formal aos órgãos competentes, instituído com os documentos e informações exigidos pela legislação e regulamentações pertinentes, incluindo plano de atuação, estrutura organizacional e comprovação da capacidade operacional do órgão executivo municipal de trânsito.

O CARMOTRANS somente exercerá suas atribuições legais e regulamentares após a sua efetiva integração ao SNT, de modo a resguardar a legalidade dos atos administrativos, evitar nulidades e assegurar a estrita observância da distribuição constitucional e legal de competências.

acordo com contato feito por ele na Secretaria de Infraestrutura Urbana e Rural, não há previsão de chegada de massa asfáltica neste final de ano.

Sérgio lembrou que no início de 2025 encaminhou um requerimento ao Poder Executivo, a respeito de passagem elevada na Praça dos Passos, que ficou muito baixa após a reforma do asfalto, passando a não mais cumprir seu papel de moderador de velocidade dos veículos, que transitam naquele ponto velozmente, para pegar o sinal aberto um pouco mais à frente. O problema coloca em risco os pedestres, tendo já ocorrido vários atropelamentos no local. Da mesma forma ele citou os vários pedidos de instalação de quebra-molas feitos pelos vereadores, que vão se acumulando sem ser atendidos, agravando a situação do trânsito.

Sobre o mesmo assunto, o vereador disse não ter ficado satisfeito com resposta do Poder Executivo a um requerimento de sua autoria, a respeito da Rua Aimorés, distrito de Bom Jardim das Pedras, outra via cuja reforma tem sido muito cobrada pelos vereadores e que precisa de intervenção imediata. De acordo com a resposta, a obra ainda será analisada.

Dia do Fisioterapeuta é destacado na Câmara



Para Gilberto, os fisioterapeutas cuidam e transformam vidas.

Comemorado anualmente em 13 de outubro, o Dia do Fisioterapeuta e do Terapeuta Ocupacional foi destacado na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, durante a sessão ordinária realizada no dia 13 de outubro de 2025, pelo vereador Gilberto Arnaldo de Freitas, líder da bancada do PSD.

Em seu pronunciamento, Gilberto ressaltou a importância social dessa profissão, deixando aos fisioterapeutas que atuam no município a seguinte mensagem: “Com suas mãos, técnicas e sensibilidade, vocês devolvem movimentos, aliviam dores e renovam esperanças. Hoje celebramos não apenas uma profissão, mas uma verdadeira missão de cuidar e transformar as vidas. Gratidão a todos os fisioterapeutas, pela competência, carinho e dedicação em cada gesto.”

Fisioterapeuta é o profissional de saúde que avalia, diagnostica, trata e previne disfunções no movimento e na função corporal para melhorar a qualidade de vida, a mobilidade e a autonomia dos pacientes. Para isso, utiliza meios físicos como exercícios, terapia manual e eletroterapia, atuando em áreas como ortopedia, neurologia, cardiologia e reabilitação esportiva.

Para se tornar um fisioterapeuta, é necessário obter um diploma de bacha-

rel em Fisioterapia em uma instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e realizar o registro profissional no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) do estado onde for atuar.

Em suas funções específicas, o fisioterapeuta analisa a condição física, histórico médico, postura, força e mobilidade do paciente. Cria e executa planos de tratamento personalizados que podem incluir exercícios terapêuticos, terapia manual, mobilizações articulares e eletroterapia, para aliviar a dor, reduzir a inflamação e fortalecer músculos e articulações. Orienta sobre postura, ergonomia e hábitos saudáveis para evitar lesões e doenças, além de atuar na reabilitação de atletas e na saúde do trabalhador. Auxilia na recuperação de pacientes com lesões, traumas, cirurgias, paralisias, doenças cardíacas, neurológicas ou respiratórias. Ensina pacientes e familiares sobre exercícios e cuidados para fazer em casa, garantindo a continuidade do tratamento e a prevenção de recidivas.

O fisioterapeuta atua em hospitais, clínicas e consultórios privados, centros de reabilitação, asilos e casas de repouso, empresas, com foco na saúde do trabalhador e ergonomia, escolas, clubes esportivos, ambulatórios e postos de saúde.

Com muitos buracos, ruas de Carmópolis serão problemas nas chuvas

O precário estado de conservação do pavimento asfáltico de várias ruas de Carmópolis de Minas pode se transformar em um problema maior, caso a Prefeitura não consiga massa asfáltica para promover uma eficiente recuperação das vias. O questionamento foi feito pelo vereador Sérgio Damião Moraes, líder da bancada do PL, na sessão legislativa ordinária do dia 29 de outubro de 2025.

A situação se complica ainda mais, de acordo com o parlamentar, em vista da estação das chuvas que se inicia, quando a pavimentação tende a sofrer danos maiores e mais rápidos. Sérgio lembrou que o problema é antigo e todos os vereadores já bateram nesta mesma tecla. Em todas as regiões da cidade, em quaisquer ruas ou locais, os buracos estão presentes, muitos deles vindos como herança de anos anteriores. “Com as chuvas, esses buracos vão se transformar em crateras, caso nada seja feito”, observou o parlamentar.

No momento, segundo o vereador, a Prefeitura promove uma operação tapa-buracos com fresa de asfalto. Para ele, o serviço não está ficando ruim e é o que se tem para fazer, mas com a chegada das chuvas, esses arranjos não vão suportar. De



Sérgio Damião lamentou a falta de massa asfáltica para reformas.

Diretor do SESAM explica aumento orçamentário para 2026

Acatando convite do vereador João Vitor Leite Rabelo (NOVO), o diretor do Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM) Pedro Lucas Gonçalves de Souza participou da sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 13 de outubro de 2025, com o objetivo de fornecer informações sobre a previsão do orçamento da autarquia para o ano de 2026. De acordo com o projeto de lei orçamentária enviado à Câmara pelo Poder Executivo, caberá ao SESAM o total de R\$ 12.132.276,00, acréscimo de R\$ 3.039.612,00 (33,43%) em relação ao ano de 2025, quando foram destinados à instituição R\$ 9.092.664,00.

Pedro apresentou esclarecimentos pontuais sobre o orçamento da autarquia municipal para o próximo ano. Ressaltou que as previsões foram bem estudadas e que ainda existiam projetos em análise, pois sem didática e dados, o setor não consegue reparar os erros, os danos e principalmente os impactos. Informou que as maiores preocupações do SESAM são com infraestrutura, segurança e qualidade, base que garante a entrega de resultados, atendendo à população com saúde e bem estar. De acordo com ele, a infraestrutura é o ponto primordial para o saneamento, com a qual a entidade está comprometida.

Pedro fez um histórico orçamentário a partir de 2023, com os respectivos valores e porcentagens destinados a melhorias, mostrando dificuldades atuais em investir. Em relação a 2026, destacou a previsão de investimentos de R\$ 2.140.000,00, um salto em relação a 2025, que foi de R\$ 657.480,00.

Sobre o aumento de 33,43% na previsão orçamentária para 2026, usou a palavra “impactos”, para explicar a majoração, com destaque para os custos de captação, incluindo segurança dos servidores e a poluição provocada por esgoto descartado diretamente no manancial. Daí a grande necessidade de investimentos, com o fim de sanar e evitar tais problemas. O diretor revelou ainda que atualmente tem faltado água na torneira de consumidores, pois em determinado período do dia não chega água nas caixas em alguns pontos da cidade. É o que ocorre com

o reservatório do bairro de Fátima, que atende a quase trinta por cento da população de Carmópolis. O fato se agrava porque, entre 17h e 20h, conforme contrato firmado com a CEMIG, as bombas não podem ser ligadas, por conta do alto consumo de energia, gerando riscos para a rede. “Estou trazendo aqui um caso que é recorrente e diário”, grifou o diretor.

Ainda de acordo com ele, há previsão de aumento do reservatório de Fátima em um milhão de litros a mais. Hoje a unidade trabalha com 500 metros cúbicos. O aumento da capacidade visa resolver o problema do desabastecimento, obra prevista no orçamento. Outro ponto importante diz respeito à responsabilidade ambiental, com revitalização e cuidados com a água, incluindo problemas ocasionados por enchentes e alagamentos. Plantio de árvores e recuperação de áreas degradadas também precisam ser feitos. Citou uma ecobarreira a ser construída no manancial, impedindo a passagem de resíduos e aumentando a segurança hídrica. Há também um projeto de implantação de viveiros para desenvolvimento de mudas de árvores, com capacidade para 1.500 unidades anuais, a serem aplicadas na revitalização do Ribeirão Japão.. Também em desenvolvimento projeto sobre manejo de resíduos sólidos (lixo).

“O SESAM precisa de investimentos para infraestrutura, qualidade e segurança”, asseverou o diretor, afirmando que a autarquia está defasada e que trabalha duro para garantir o fornecimento e a qualidade da água a toda população.

Pedro respondeu a questionamentos dos vereadores. O principal deles diz respeito ao aumento de 33,43% no orçamento da autarquia para 2026, dinheiro que, para os parlamentares, deverá sair dos bolsos dos consumidores, por meio de majorações nas contas de água, sobrecarregando os munícipes. Para discutir o problema, foi sugerida uma audiência pública, a ser realizada antes da votação do projeto de lei orçamentária.

A íntegra dos pronunciamentos pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

Vereador requer retirada de lixo dos cemitérios



Gustavo pediu informações ao Executivo sobre empresa responsável pelo serviço.

Por meio do requerimento 356/2025, apresentado e aprovado pelo plenário da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas na sessão ordinária do dia 13 de outubro de 2025, o vereador Gustavo Henrique Oliveira (PSD) reiterou pedido feito ao Poder Executivo para limpeza nos cemitérios municipais, conforme já solicitado no requerimento 181/2025, de 25 de abril de 2025, assinado por ele e pelo colega vereador Gilberto Arnaldo de Freitas, líder da bancada do PSD.

Gustavo lembrou que o requerimento anterior tratou da retirada de lixo nos cemitérios municipais. Em resposta, a administração informou que havia adotado as providências cabíveis para a remoção dos resíduos sólidos acumulados. Foi informado, ainda, que houve a realização do Processo Licitatório nº 36/2025, cujo objeto consistiu na contratação de empresa especializada para execução dos serviços de coleta, pesagem, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final ambientalmente adequada

dos resíduos gerados. A empresa vencedora foi a Pró-Ambiente Ltda, responsável por realizar visitas semanais aos cemitérios municipais, recolhendo eventuais resíduos descartados nesses locais.

Falando sobre o problema, na sessão do dia 13 de outubro, Gustavo disse ter recebido, recentemente, informações de munícipes sobre a presença de detritos nos cemitérios do Centro e da Cachoeirinha, fato comprovado por ele em visitas feitas aos locais.

Diante do grande acúmulo de lixo atualmente observado nos cemitérios municipais e tendo em vista a proximidade do dia de finados, comemorado no dia 2 de novembro, bem como as diversas reclamações recebidas da população, Gustavo solicitou, por meio do requerimento 356, que fossem encaminhadas ao Poder Legislativo informações sobre as datas das coletas realizadas nos cemitérios municipais e cópia do contrato firmado com a empresa responsável pela execução dos serviços.

SESAM precisa de investimentos para manter a segurança hídrica

O vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do governo e da bancada do UNIÃO na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, considerou como “grave” o problema de fornecimento de água potável à população pelo Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM), que necessita de urgentes investimentos para manter a segurança hídrica no município.

O argumento de Marcelo tomou como base as informações apresentadas pelo diretor do SESAM, Pedro Lucas Gonçalves de Souza, em sua participação na sessão ordinária do Legislativo realizada no dia 13 de outubro de 2025. Pedro compareceu à Câmara, a convite do vereador João Vitor Leite Rabelo (NOVO), com o objetivo de fornecer informações sobre a previsão do orçamento da autarquia para o ano de 2026.

De acordo com o projeto de lei orçamentária enviado à Câmara pelo Poder Executivo, caberá ao SESAM o total de R\$ 12.132.276,00, acréscimo de R\$ 3.039.612,00 (33,43%) em relação ao ano de 2025, dos quais R\$ 2.140.000,00 destinados a investimentos. O aumento chamou a atenção dos vereadores, que pediram explicações ao diretor.

Para Marcelo, a questão é bem grave, lembrando fatos ocorridos na administração passada, que contribuem e impactam no atual momento. Como exemplo ele citou o não

pagamento do INSS, que se não tivesse acontecido, proporcionaria margem de recursos para investimentos. “Além de tudo, existem fatos mais graves ainda”, grifou o parlamentar, apontando a existência de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), também assinado na administração passada, que vai impactar muito nas contas do SESAM. O ajustamento diz respeito a obras para retirar o lançamento de esgoto no Córrego Japão, onde é captada a água utilizada na cidade.

Marcelo disse perceber nitidamente, também com base nas informações prestadas por Pedro Lucas, a necessidade de investir no setor, pois caso contrário a população poderá ficar praticamente sem água. Mesmo assim, sustentou Marcelo que é preciso trabalhar para que tais investimentos impactem menos no bolso do usuário do SESAM.

Sobre a destinação de recursos de emendas impositivas dos vereadores ao SESAM, alternativa apresentada para municiar a autarquia de reursos financeiros, Marcelo esclareceu que, apesar de ter consciência da gravidade da questão, não possui, no momento, condições de ajudar com emenda de sua autoria, pois já auxilia entidades beneficentes que possuem o mesmo nível de prioridade da autarquia, como o Lar São Vicente de Paulo, Santa Casa de Misericórdia e outras instituições de saúde.



Marcelo reconheceu a necessidade, mas pediu menos impacto no bolso do usuário.

Diretora descarta possível municipalização de escola

Tribuna Livre

A diretora do segundo endereço da Escola Estadual Lígia Beatriz Amaral, Catherine Amaral de Castro, ocupou o espaço dedicado à Tribuna Livre, na sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 29 de outubro de 2025, para questionar proposta de realização de audiência pública no distrito de Bom Jardim das Pedras, onde se localiza a escola, para tratar de sua possível municipalização.

Ela destacou que, antes de ser diretora da escola, é eleitora residente no distrito. E era como eleitora e munícipe que ocupava a tribuna do Legislativo. Relatou que a comunidade escolar vivia, naquela semana, novamente momentos de apreensão, em face de assunto já esgotado, mas que voltava à tona. Destacando a força eleitoral e cultural do distrito, Catherine relatou que mais uma vez estariam usando de inverdades e de manipulações políticas para tentar enganar a comunidade distrital.

Ela se referia a um requerimento, apresentado pelo vereador Rafael Batista dos Reis (MDB) e rejeitado pelo plenário naquela sessão, solicitando uma audiência pública no distrito para discutir o tema com os moradores. Segundo ela, o requerimento não teria validade legal nenhuma, pois existe uma determinação do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TC-MG) suspendendo o projeto “Mãos Dadas”, do governo de Minas, que incentivava a municipalização das escolas estaduais. “Não vejo

sentido em trazer de volta esse assunto que traz tanto sofrimento para todos”, acrescentou.

Catherine lembrou a Rafael que a Escola Lígia Beatriz Amaral é uma só, apesar de ter dois endereços, e que municipalizar o segundo endereço pressupõe a municipalização da sede, localizada na cidade. E salientou que a comunidade escolar da sede também teria o direito de ser ouvida. “Penso que o vereador traz um desconhecimento sobre a legislação de municipalização”, continuou a diretora.

Ela perguntou ao proponente se ele estudou demoradamente as questões políticas, judiciais, técnicas e humanas que envolvem o tema da municipalização. Questionou ainda se, junto com o requerimento, o vereador apresentou diagnóstico e a demonstração da capacidade mínima de atendimento escolar por parte do município, conforme previsto na Lei 12.768/1998. Para ela, com certeza não apresentou, pois se assim fosse, o requerimento nem seria protocolado na Casa. “Por que, então, o nobre vereador quer trazer à tona um tema já tão discutido e rejeitado por toda a sociedade carmopolitana? Qual seria o embasamento legal e a intenção política desse requerimento?”, interrogou a diretora.

Catherine grifou que a Escola Lígia Beatriz no segundo endereço nasceu da luta da comunidade do próprio Bom Jardim das Pedras, que se sentia insegura em trazer os filhos para estudar na sede da escola, quando os ônibus ficavam atolados no caminho e os alunos che-

gavam em casa às duas ou três horas da tarde. Salientou que a escola estadual foi uma grande conquista do distrito, não merecendo que, por vaidade política, seja tirada da comunidade.

Argumentou ainda que o distrito precisa é do asfalto prometido e não realizado, para proporcionar o melhor deslocamento da comunidade; de um posto policial para garantir a segurança dos moradores; de voz e de fala. Também precisa de representatividade; de ser reconhecido e não tratado com descaso. O que o distrito precisa, segundo ela, é da qualidade do ensino oferecido pela escola estadual, o que não é feito pela rede municipal no distrito. E encerrou com uma pergunta: “Por que a Escola Lígia Beatriz incomoda tanto?”

Em sua justificativa, ao apresentar o requerimento, Rafael argumentou que a solicitação não representava qualquer posicionamento favorável ou contrário à proposta, mas tinha por finalidade garantir espaço democrático de diálogo, diante das divergências de opiniões e informações sobre o tema. Ainda segundo a justificativa, seria de fundamental importância ouvir diretamente a comunidade envolvida, de modo a subsidiar futuras decisões do Poder Público com base na escuta popular e na transparência.

Os vereadores presentes à sessão também se manifestaram sobre o tema. A íntegra dos pronunciamentos pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

Motorista de aplicativo pede votação de projeto que aumenta idade limite dos veículos



Nícolas disse que o assunto impacta diretamente a vida de todos.

Tribuna Livre

O motorista de aplicativo Nícolas Alexandre de Assis e Silva participou da sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 29 de outubro de 2025. Utilizando o espaço da Tribuna Livre, ele pediu a votação do Projeto de Lei 43/2025, que altera a Lei 2.395/2023, sobre o uso do sistema viário urbano de Carmópolis de Minas para prestação de transporte individual remunerado de passageiro, por meio de plataforma de tecnologia por aplicativos, passando a idade limite dos veículos de quatro para dez anos de fabricação.

Nícolas informou que o assunto impacta diretamente a vida, o trabalho e a segurança de todos na cidade. Ele parabenizou a vereadora Tirzah Teixeira de Freitas (NOVO) e os vereadores Alex Enfermeiro (NOVO); João Vitor Leite Rabelo (NOVO); Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE) e Gustavo Henrique Oliveira (PSD), autores do projeto. Para ele, sem dúvida esse é um passo na direção certa.

Lembrou que a proposta foi apresentada em 18 de junho, sendo que há mais de quatro meses os motoristas, famílias e a população de Carmópolis esperam por uma solução. E perguntou por que, após quatro meses, o projeto ainda não foi para votação; a quem serve essa demora e quem

é o beneficiado em manter na gaveta, por mais de 130 dias, um projeto de lei que tem o apoio da população. Para Nícolas, isso não beneficia o público, que tem menos opções de transportes, sendo as atuais mais caras e demoradas. Também não beneficia o pai de família que tem um veículo fabricado em 2015, perfeitamente seguro, e que hoje é impedido de trabalhar. Ele disse que veio debater sobre vontade política, pedindo para que a Câmara destrave essa pauta que atinge o direito de trabalhar.

“Vim aqui fazer um apelo simples e direto: coloquem em votação o Projeto 43, deixem que os vereadores decidam, deixem a cidade avançar”, solicitou o cidadão.

O presidente do Legislativo, vereador Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE) esclareceu que o projeto de lei se encontra em tramitação na Casa, estando ainda em análises e aguardando os pareceres das comissões permanentes, por ser um projeto polêmico. Lembrou que o projeto não proíbe ninguém de trabalhar, pois a lei original garante isso em veículos de até quatro anos de fabricação.

Os demais vereadores também se manifestaram sobre o assunto. A íntegra dos pronunciamentos pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

Iluminação deficiente gera riscos e insegurança em rua de Carmópolis

O vereador Benedito Luiz da Silva (PSD) encaminhou requerimento ao Poder Executivo de Carmópolis de Minas, solicitando a adoção de providências quanto à iluminação pública em frente à loja Ortobom, situada na Praça José Luís de Assis Tacco Dedé, localizada entre a Rua Luiz Alves e a Rua Maria de Lourdes Costa. No referido local há um poste sem lâmpada, o que deixa a área bastante escura durante a noite, gerando insegurança para comerciantes, funcionários e transeuntes.

Conforme o texto do requerimento, os funcionários da loja relatam receio ao permanecerem até

mais tarde no trabalho, situação também compartilhada pelo proprietário do “Salão do Tiago”, estabelecimento vizinho, que costuma funcionar em horário estendido.

Além disso, a falta de iluminação adequada tem favorecido a permanência de pessoas em situação de risco social, com relatos de uso de drogas e depredação de bancos da praça. Um morador próximo precisou instalar, por conta própria, um refletor, para amenizar o problema.

Em vista da situação, Benedito solicitou a reposição da lâmpada e a devida manutenção da iluminação pública no local, como medida de segurança e de interesse coletivo.



O vereador Benedito solicitou uma rápida solução do poder público.